

Copasa prejudica valor da PL

A divulgação pela empresa do valor da PL a ser pago a cada trabalhador causou revolta de grande parcela dos companheiros. A empresa implementou o famigerado desconto de abonos, apesar de insistir em demonstrar a injustiça desta medida. As lideranças sindicais foram as principais penalizadas, com descontos de até 750 horas, em função de tempo gasto em reuniões, mesmo naquelas em que os companheiros discutiam o próprio direito à PL. A medida da empresa, como denunciamos, chega como um grande castigo e motivou o ofício do SINDÁGUA ao presidente, Márcio Nunes (cópia ao lado), apelando para que os descontos não sejam efetivados.

Até que a empresa tivesse divulgado, na semana passada, o impacto dos descontos sobre nosso direito, diferente do ano passado, este ano o SINDÁGUA-MG não teve condições de disponibilizar uma tabela ou equação para que o trabalhador possa fazer o cálculo e saber com antecedência quanto irá receber de Participação nos Lucros. O Sindicato não tem os todos os dados necessários para calcular o valor da PL, pois a empresa está adotando avaliações individuais para um direito que é

resultado de um esforço coletivo. Até quase a metade de abril, a empresa ainda não havia informado, por exemplo, qual foi a média anual de horas trabalhadas no ano passado. Nem mesmo a Copasa sabia dizer quanto cada trabalhador deveria receber, exigindo que um instrumento de cálculo fosse desenvolvido pela Superintendência de Informática, gerando relatórios para a Divisão de Pessoal.

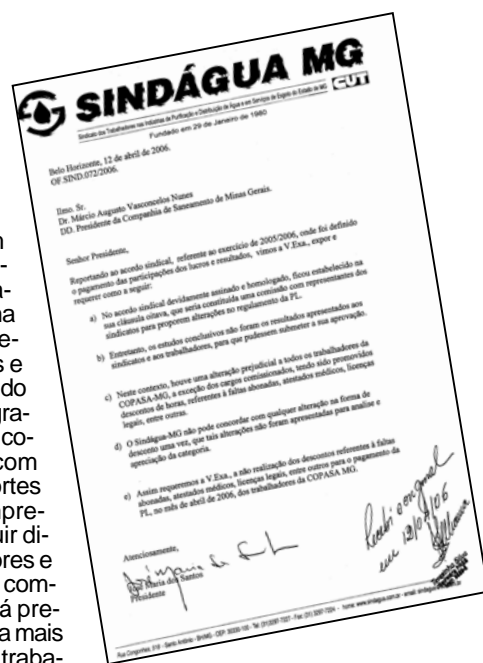
Com a implantação da nova regras estipuladas pela empresa, passa haver inúmeras dificuldades, tanto para fazer o cálculo, quanto para apurar a quantidade de horas efetivamente trabalhadas por cada empregado. O trabalhador precisa ter em mãos vários dados para se chegar ao cálculo de pagamento da PL, que deverá levar em conta também as horas créditos (banco de horas) do trabalhador, bem como as horas extras realizadas no ano de 2005. Informações que o SINDÁGUA-MG até o momento não possui.

As mudanças na metodologia de cálculo da PL imposta pela direção da empresa são totalmente desnecessárias e vão na contra-mão de uma política de responsabilidade social. Por ser uma empresa estatal, a Copasa deveria promover o

bem estar de seus empregados, fazendo estreitar os interesses de todos em torno dos resultados positivos da empresa. Desta maneira, transformaria a PL num benefício de incentivo para a categoria, como forma de conciliar os interesses de patrões e empregados, criando um ambiente integrado, participativo e cooperativo. Mas com esta política de cortes e punições, a empresa só vai conseguir dividir os trabalhadores e gerar um clima de competição, onde será premiado quem pratica mais horas extras e vai trabalhar doente, mesmo que isso signifique queda de produtividade e riscos de acidentes no trabalho.

O benefício não pode ser usado apenas para atender os interesses imediatos da alta direção. Desde que foi implantada na legislação, há alguns anos, a Participação nos Lucros tem servido de base para o fortalecimento do espírito de parceria das organizações

com seus empregados e para aumentar a motivação dos trabalhadores. Porém, para que isto realmente aconteça, é necessário que a PL seja bem estruturada, sobretudo com metas claras e factíveis, e que a categoria fique satisfeita por ter o seu desempenho reconhecido de forma concreta. Infelizmente, não é isso que está acontecendo na Copasa.



Em Minas, a liberdade é para poucos

A reunião anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), realizada em Belo Horizonte, entre os dias 29 de março e 5 de abril, foi repleta de contradições. De um lado, festas e recepções cercadas de luxo e mordomias para os participantes do encontro do BID, só na reforma do Expominas o governador Aécio Neves investiu R\$ 160 milhões. Já do outro lado, a Polícia Militar e militares fortemente armados cercavam a área do evento e ficaram de prontidão para impedir manifestações e até mesmo a passagem de pedestres nas ruas próximas ao local de abertura do encontro.

Entidades da sociedade civil e movimentos sociais brasileiros buscaram organizar, desde janeiro, o 1º Encontro de Movimentos Sociais Mineiros na mesma data do BID, como forma de contrapor as políticas nefastas do BID e das Instituições Financeiras



Multilaterais para a América Latina. Mas enquanto o prefeito de BH e o governador de Minas colocavam todas as suas instituições para garantir toda a infraestrutura da reunião do BID, negavam para os movimentos sociais a utilização até mesmo de espaços públicos para a realização de atividades contrárias ao pensamento capitalista.

Além de serem impedidos de realizar atos públicos para denunciar a política de privatização imposta pelos bancos internacionais, no dia 3

de março, os integrantes dos movimentos sociais foram violentamente reprimidos pela polícia militar. As lideranças do movimento foram espancadas e presas pela tropa de choque enquanto utilizavam um carro de som, que foi completamente destruído pelos soldados. A manifestação foi dispersa com bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha. Pessoas foram presas e brutalmente espancadas durante e depois das prisões, entre elas um menor de idade.

Devemos considerar esta uma situação absurda, onde os direitos humanos foram totalmente violados. Esperamos que os responsáveis pelos atos autoritários e violentos sejam punidos e que os movimentos sociais e sindicais possam voltar a ter liberdade para expressar suas opiniões sem serem reprimidos pelas autoridades.

O porquê das manifestações contra o BID – As manifestações contra o BID têm o objetivo de denunciar as políticas do banco, que está envolvido com o financiamento de projetos que deslocam famílias de suas casas e violam direitos humanos. Para receber os investimentos do BID, os países precisam se ajustar às suas regras e exigências, como a abertura comercial, as prioridades dos gastos públicos e gerenciamento das estruturas estatais no sentido da sua completa privatização, como agora se busca fazer com as águas.

Categoria abre a Campanha Salarial 2006

Com assembleias realizadas no dia 29 de março em todo o Estado, os trabalhadores abriram oficialmente a Campanha Salarial 2006. A categoria aprovou a "Pauta de Reivindicações" que será entregue à direção da empresa, passando a ser objeto das negociações para a assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho 2006/2007.

O principal alerta nas assembleias apontam o momento crítico de mudanças estruturais na Copasa e o processo de vendas de ações, que fazem com que a empresa passe a agir com métodos e interesses de empresa privada. As mudanças de comportamento da Copasa chegaram a tal ponto que a empresa criou comissão para estudar quais municípios de Minas são rentáveis e que são passíveis de terem seus serviços de saneamento ambiental operados. Populações de municípios que ficaram caracterizados como pobres e incapazes de gerar receitas e "lucros", se quiserem ter água limpa para beber, precisarão contratar pajelanças para operarem o milagre de trazer chuvas para suas regiões.

A natureza das novas preocupações da empresa e com a sanha



A mobilização dos trabalhadores é nosso maior instrumento de luta

privatizante dos seus atuais administradores leva a um entendimento caótico das relações com os trabalhadores, haja vista as grandes dificuldades de um processo mais democrático na discussão do Plano de Cargos, Carreiras e Salários e das mudanças arripantes que estão sendo engendradas pelo ERP, programa 3Ts, desmanche de seções e até de distritos. O grande medo, que pode prejudicar os tra-

balhadores e, principalmente, a sociedade em seu direito constitucional aos serviços de saneamento, é que o direito de beber água limpa e a serviços de saneamento possa ser possível para a nata da sociedade, que usufrue dos lucros de uma empresa pública.

Nossa campanha salarial deste ano deve preservar nossos direitos conquistados e resgatar as condições de trabalho adequadas, que

estão se deteriorando, mas precisamos lutar também pelos direitos da sociedade, assumindo responsabilidades inarredáveis de uma empresa estatal de serviços básicos para a comunidade.

Pauta enxuta

O Sindicato teve a preocupação de orientar as assembleias para que a categoria defina uma pauta de reivindicações mais enxuta, mas, principalmente, mais representativa, definindo pontos estratégicos e relevantes para o conjunto dos trabalhadores.

A categoria deve se posicionar firme para garantir o atendimento de reivindicações como reajuste salarial pela inflação integral, ganho real de salários, incorporação da GDI nos salários, PL mais transparente e mais próxima de um valor linear para todos os trabalhadores, piso salarial decente, PCCS construído de forma transparente e paritária, com a participação dos trabalhadores, acompanhamento rigoroso do processo de implantação do ERP, de forma a garantir o remanejamento para outros setores da empresa, com a anuência do trabalhador e do Sindicato.

Nova direção do SINDÁGUA-MG toma posse



Categoria aposta na mobilização e elegeu diretoria em chapa de unidade

Em uma solenidade realizada na Escola Sindical 7 de Outubro, tomou posse, no dia 21 de março de 2006, a nova diretoria do SINDÁGUA-MG. Os diretores e membros do Conselho Fiscal assumiram seus cargos, se comprometendo a empenhar todos os esforços para corresponder às expectativas da categoria que os elegeu e que depositaram nesta diretoria sua confiança.

A nova equipe estará à frente do SINDÁGUA-MG no triênio 2006/2009 e se dispôs a desenvolver um trabalho sério, na defesa dos direitos dos trabalhadores, na conquista de benefícios para a categoria e no fortalecimento da entidade.

Mais de 200 pessoas estiveram presentes à solenidade de posse, que foi seguida de uma confraternização no mesmo local.

Entre os presentes, compareceram trabalhadores, dirigentes sindicais e autoridades, como o delegado regional do trabalho de Minas Gerais, Carlos Calazans, o deputado estadual Fábio Avelar, o presidente da Cut Minas, José Antônio Lacerda, o presidente da Federação dos Urbanitários de Minas Gerais, Reinaldo Ferreira Cabral e a Superintendente de Recursos Humanos representando

a direção da Copasa, Lúcia Garcia Aguiar.

Todos falaram da importância do SINDÁGUA-MG na história do sindicalismo mineiro e também brasileiro. Foi um momento de reconhecimento pelas lutas do Sindicato e dos trabalhadores da categoria em defesa dos direitos trabalhistas, civis, sociais, políticos e pela democracia no nosso País.

EDITORIAL**A importância da mobilização**

A direção do SINDÁGUA se reuniu para fazer o planejamento da Campanha Salarial 2006 e avaliou que as negociações deste ano poderão exigir uma mobilização

mais intensa da categoria. A Copasa passa por um processo de mudanças, com a implantação de novas tecnologias e de novas regras, que têm deixado o trabalhador inseguro sobre o seu futuro na empresa.

A palavra-chave da nossa Campanha Salarial é a UNIÃO. Não podemos admitir tirar direitos de alguns companheiros para distribuí-los a outros, precisamos fazer a empresa entender que as metas alcançadas são resultados do desempenho e sacrifício de todos. Por isso, temos que beneficiar a todos, sem distinção e preconceitos, pois é através do esforço coletivo que a empresa vem crescendo e obtendo lucros recordes. A história comprova que as conquistas só são possíveis diante da mobilização dos trabalhadores em torno dos seus direitos.

O termômetro da campanha é a mobilização da categoria: se os trabalhadores estiverem mobilizados, as negociações certamente avançarão para resultados mais justos, além de serem respeitados na força de nossa organização.

Nesta campanha teremos pontos de extrema importância sobre os quais devemos nos debruçar na mesa de negociações. Um deles, que destaco, é a extrema urgência de lutarmos pela recuperação do piso salarial da empresa em níveis compatíveis com os de mercado. O baixíssimo piso salarial está sendo quase alcançado pelo valor do salário mínimo, que obteve 16,66% de reajuste e chegou a R\$ 350,00 em abril. Com mísero índice da inflação acumulada no último ano, o reajuste sobre o piso da Copasa corre o risco de ser um quarto do que o salário mínimo recebeu. O salário na Copasa vem sendo corroído drasticamente e precisa urgentemente de um reajuste da curva salarial para consertar o grande estrago que veio sendo construído ao logo dos anos e piorado com o incremento da GDI.

Esperamos uma negociação onde possamos merecer o devido respeito por parte dos patrões e que nossa luta seja entendida como justa por direitos elementares de condições de trabalho para uma empresa que estabelece metas para crescer.

José Maria dos Santos
Presidente do SINDÁGUA-MG

Desmanche de setores da empresa mostra a tragédia que vem por aí

A falta de uma política de recursos humanos e de gerentes mais sensíveis para o remanejamento de pessoas está trazendo a intranquilidade dos trabalhadores da unidade do Distrito Centro (DTCT) e Divisão de Benefícios (DVBN). Mais grave ainda, sabemos que o Projeto Nascente remanejará um número ainda indefinido de companheiros.

Preocupa ao sindicato a

forma isolada que alguns gerentes estão agindo, algumas vezes sem respeitar até mesmo direitos humanos, sem valorizar o companheiro com sua história de vida e dedicação de muitos anos no trabalho.

O desmanche do Distrito Centro mostrou claramente para a todos os trabalhadores qual poderá ser o estilo das mudanças estruturais que estão sendo preparadas pela Copasa.

Não houve uma preparação dos trabalhadores e nem foram buscadas alternativas de comum acordo para processar transferências, sem causar impactos sociais sobre os companheiros, de forma a impedir que mudanças bruscas pudessem causar impactos danosos sobre sua estrutura familiar. Ao contrário, os trabalhadores no DTCT chegaram a criar a expectativa de que não seriam transferidos e de que toda a estrutura montada no distrito não seria perdida, abandonando o grande esforço de todos os companheiros e da própria empresa para alcançar a condição de pleno atendimento às demandas de serviços assistidos.

O que ocorreu com o DTCT vem ocorrendo também com a Divisão de Benefícios, que está caminhando, literalmente, para sua completa extinção. O pagado processo de fusão do plano de baixo risco ao



Copass reduzirá um número expressivo de 17 trabalhadores na DVBN, que necessariamente precisam ser conduzidos para setores adequados, levando-se em conta a formação profissional que tiveram em investimentos feitos pela própria Copasa. Como aconteceu no distrito, os trabalhadores da DVBN vivem um momento difícil, com a redução do tamanho e atribuições da

seção. O pânico e a insegurança são marcas registradas para estes trabalhadores que entregaram-se anos a fio para atender na DVBN uma demanda essencialmente social dos trabalhadores. A empresa tem demonstrado pouco cuidado em preparar os trabalhadores para as mudanças e as transferências forçadas provocam grandes transtornos familiares.

Os impactos sobre o DTCT e a DVBN servem para ilustrar a grande preocupação quanto ao que pode acontecer quando as "recomendações" do ERP estiverem sendo encaminhadas para o "enxugamento" das estruturas e do processo administrativo na empresa. Teremos pela frente centenas de trabalhadores sujeitos ao seu impacto. Desde já, devemos alertar a alta direção da empresa para conduzir este processo com mais sensibilidade, permitindo aos trabalhadores visualizarem postos para onde possam ser conduzidos e, principalmente, que quaisquer alterações sejam realizadas com a anuência de cada companheiro e também do Sindicato. Os trabalhadores não podem ser tratados como peças ou máquinas que podem ser transferidos para qualquer canto. Temos famílias, temos compromissos sociais e mudanças não planejadas por nós podem destruir todos os espaços que cultivamos para a nossa plena soberania.

CARTÕES ALIMENTAÇÃO/REFEIÇÃO**Prejuízo facilitado**

Trabalhadore e representantes dos poderes Legislativo e Executivo precisam urgentemente mobilizar uma grande luta a nível nacional para estabelecer uma regulamentação mais rigorosa para a administração do direito à alimentação através dos vales fornecidos pelas empresas.

A forma como este direito é administrado vem facilitando a ação de quadrilhas de agiotas, que compram os vales e descarregam os cartões de compra a juros exorbitantes de até 15%.

As empresas se dizem obrigadas a fornecer o direito em vales e cartões, receiosas da caracterização dos valores como parte integrante nos salários, fugindo de passivos trabalhistas. Nada fazem, no entanto, para proteger os trabalhadores da ação criminosas. Não investem nada em criatividade e nem se preocupam em zelar por cadastrarem parceiros que ofereçam segurança e inviolabilidade dos cartões.

Os novos cartões de alimentação e refeição distribuídos pela Copasa aos trabalhadores são prova desta negligência. Antes tínhamos cartões protegidos por senha. Caso perdéssemos o cartão, sem a senha não haveria como alguém sacar dinheiro com agiotas. Os novos cartões não

oferecem a senha, apesar de exigência no edital de licitação para a nova empresa. Para comprar, nem sempre é exigida a assinatura trabalhador no comprovante e, muitas vezes, também não é conferida a assinatura de quem compra com o seu documento de identidade.

A rede credenciada para nos atender ficou reduzida a poucos estabelecimentos que topam pagar um aluguel de R\$ 100 reais pelas maquininhas. Em alguns estabelecimentos, os trabalhadores foram informados de taxa de desconto. Donos de estabelecimentos informam que só receberão repasses após o segundo mês de pagamento da Copasa, submetendo-se à taxa de administração de 4,6%, mas que podem receber adiantado com aplicação de sobre-taxa de mais 3,8%.

Devemos esperar que a direção da empresa se posicione em garantir a aplicação justa e honesta deste direito aos trabalhadores em todo o Estado. Os trabalhadores esperam que a estrutura credenciada pela empresa para descarregar os cartões em compras de alimentos tenha a reputação honrada de não usar este direito como fonte de especulação financeira e de prática criminosa de agiotagem.

JORNAL DO SINDÁGUA

Presidente: José Maria dos Santos - **Diretor de Comunicação:** Rogério Matos de Araújo - **Jornalistas:** Janaina Ferreira da Mata MG-064.87 JP e José Geraldo Ribeiro - MG 02717JP **Diagramador:** Luiz Carlos Nicolau - **Tiragem:** 10.000 exemplares - **Impressão:** Fumarç

SINDÁGUA MG - R. Congonhas, 518 - Sto. Antônio - Belo Horizonte-MG - Tel: (031) 3297-7227 Fax: 3297-7224 CEP 30330-100 — Home Page: www.sindagua.com.br e-mail: sindagua@uol.com.br

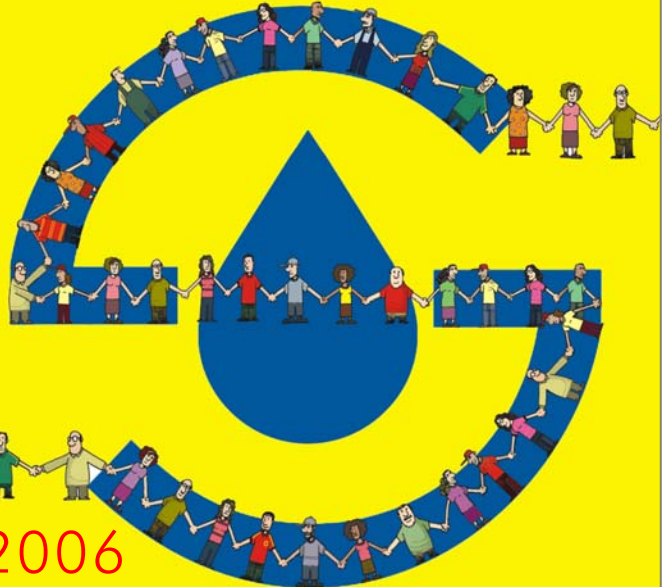
SINDÁGUA

REGISTRO

Sindicato dos Trab. nas Indústrias de Pur. e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais - 18 de abril de 2006 - nº 225

CUT

**DIREITO
CONQUISTADO
É SAGRADO**



CAMPANHA SALARIAL 2006

UNIR PARA CRESCER

Copasa complica as regras da PL

A PL continua sendo uma das maiores conquistas da categoria e todos recebem a primeira parcela do benefício agora em abril.

Apesar do SINDÁGUA e demais sindicatos se empenharem e cobrarem da direção da Copasa mais transparência na discussão e estabelecimento de regras justas e factíveis para medir e pagar aos trabalhadores a sua Participação nos Lucros, as medidas adotadas pela empresa transformaram os valores a serem recebidos pelos trabalhadores em uma verdadeira "caixa preta".

Os injustos e quase todos irregulares descontos de abonos legais não permitem que possamos ter uma fórmula simples para cada trabalhador fazer suas próprias contas. Apesar das metas atingidas deverem ser encaradas como resultado de um esforço coletivo, a empresa quer irregularmente individualizar fatores que restringem o valor a receber. O empenho da categoria elevou o alcance dos resultados de metas, mas a empresa prefere agir punindo individualmente companheiros que adoeceram, que tiveram abonos por funerais de parentes, por gozarem os quatro meses da licença natalidade e até mesmo por usufruírem das horas para levarem filhos ao médico, tão decandatada pela empresa como sua "visão social".

PÁGINA 4

COMER FICOU MAIS DIFÍCIL

Quem conseguir encontrar estabelecimentos que recebam os novos cartões alimentação e refeição deve tomar sérios cuidados para não ser prejudicado.

PÁGINA 2

Os trabalhadores podem estar começando agora uma das campanhas salariais mais importantes na história da organização de nossa categoria.

Esta será nossa primeira luta dentro da COPASA, depois que a empresa vendeu ações e implementa uma nova estratégia de aumentar lucros sobre uma atividade de serviços essenciais para o povo.

Apesar de termos em Minas milhares de pessoas que ainda esperam a tão sonhada "universalização do saneamento", sua mais importante e conceituada estrutura para atingir este objetivo passa a ter a exigência de investidores, que pretendem extrair lucros sobre a água, tratamento de esgoto e serviços de saneamento ambiental.

A palavra de ordem dos especuladores é "enxugamento", aplicação de serviços apenas em municípios que dêem lucros, estratégias de eficiência e abandonos dos compromissos e das responsabilidades sociais.

Nossa CAMPANHA SALARIAL 2006 não poderá estar preocupada apenas em manter direitos intocáveis dos trabalhadores e estabelecer remuneração e condições adequadas de trabalho. Nossa luta, é uma luta social para preservar os objetivos históricos da Copasa com a sociedade.

PÁGINAS 2 E 3